

Política

Os falsos e os verdadeiros avestruzes

ANTÓNIO BARRETO

João Martins Pereira

No Reino dos Falsos Avestruzes — Um Olhar sobre a Política

A Regra do Jogo, Lisboa, 1983

O livro é rápido, escrito de um jacto. Segundo o prefácio do autor, corresponde à «vontade de dizer tudo o que (lhe) viesse à cabeça». Veio pouco. Mas tem que se lhe diga.

É livro de uma derrota. Mais autobiográfico do que histórico. Incapaz todavia de explicar porque perdeu, dado que remete as causas para os outros, para «eles», para os que já não são, para os que deveriam ser, para os que nunca foram... São «eles» os culpados da derrota da extrema-esquerda em 1975, período em que parece ter havido por aí felicidade a jorros. São «eles» os culpados da derrota da esquerda em 1978. Trata-se de um dos mais graves e mais antigos erros do conhecimento: identificar os diferentes e identificar todos os outros. Não distinguir é não conhecer. Não conhecer é não ver. Esconder a cabeça. Afinal, é como os verdadeiros avestruzes. Talvez daí o título.

Faz-me recordar um conhecido meu, suíço, militante de várias causas nobres, combatente de muitos campos de batalha. A última vez que o vi, julgava-se preto, polaco, pobre, mulher e camponês. A sua volta, só via suíços e brancos... Mas não desamava.

É uma proposta de fuga ao mundo, para as suas margens mais oníricas, feita em nome de uma esquerda mítica, redentora, cristalina e irresponsável. Uma esquerda que teme as vitórias, porque não há vitórias puras; que ignora as derrotas, porque são dolorosas; que enjeita os erros, porque estragam a ideia. Uma esquerda que parece preferir voltar ao exílio de «petit Cluny», estudar as últimas correntes dos determinismos históricos, tudo perceber dos modos de produção e protestar contra o fascismo em Portugal. Ou vegetar em Lisboa, entre a casa e Caxias, as empresas do capitalismo avançado e os gabinetes de estudos e planeamento.

Marginalidade

Mal da esquerda, enquanto não compreender que, para vencer, precisa de construir; e, para isso, necessita de contratar com a sociedade e a Nação; não com os adversários e os inimigos, mas com toda a sociedade. E toda a sociedade, inclui os adversários. Só há outra maneira: matá-los.



«Não há solução de esquerda para o problema português no curto prazo.»

Quem quiser fugir a esta alternativa e não pecar por excesso ou por defeito, pode refugiar-se na ideia, no quotidiano, na comunidade alternativa ou na marginalidade individual. É o que parece fazer o autor, mas não resiste à tentação de dar lições e traçar o caminho. A sua radical ideia de emancipação esclarece a inclinação para a fuga: «Tudo o que tende a reduzir os constrangimentos sociais, económicos e culturais que limitam a liberdade de escolher ou decisão do indivíduo em sociedade.» Eis que, com uma pena, afasta as dificuldades de contrato de socialização.

Longe de mim a ideia de condenar a marginalidade e a fuga. De uma e de outra vêm, por vezes, criações admiráveis e inquietantes. Mas só por vezes, e quando não vêm traçar caminhos. Respeito-as tanto como as liberdades. Pode até ser que, numa ou noutra, se encontre a felicidade, a paz e a solidão. Mas seria bom não confundir nada disso com a esquerda, que tem (infelizmente?) de procurar ser real, eficaz e actuante, embora frequentemente não o seja. A esquerda de J. M. Pereira é mítica, «não só existe, como existirá sempre». O que é? Quem é? O que

fez e faz? Não se sabe, ou antes, não diz, a não ser que é ideia e fé. E porque precisa ter fé na fé, o autor expurga a ideia do que não convém, do que pesa na consciência, de tudo o que, feito em nome da esquerda, destrói a ideia. Em nome da esquerda ou do socialismo cometeram-se crimes? Guerras? Invasões? Criaram-se sociedades burocráticas e totalitárias? Tanto ou mais do que em nome da livre empresa? Pois assim seja: nada disso é esquerda; o socialismo não houve socialismos reais, enquanto era só ideia. Agora não, conclui.

Atemporalidade

Assim não vale. Lembro-me dos cristãos que amam Deus e recusam a Igreja; ou seguem a Igreja e detestam os sacerdotes. Igreja, sacerdotes, fiéis e militantes, sempre os houve que lavaram as mãos. Assim, de fuga em fuga, de expurgo em expurgo, só há um destino possível: a perfeição. Com ela, a atemporalidade e a levitação: «Não há solução de esquerda para o problema português

no curto prazo.» É corajoso dizê-lo, mas é covarde pensá-lo. É iconoclasta, refrescante e inovador, mas é errado. Há sempre soluções de esquerda, só que nem sempre são boas. Há as que vencem e as que perdem; há as rápidas e as lentas; as que libertam e as que oprimem. Tem que se admitir que a esquerda e os seus intelectuais também erram, sem deixar de o ser; também são estúpidos, violentos, machistas e até aldrabões, e continuam de esquerda. Como também há uma esquerda que pretende ser casta e pobre; outra que foge do mundo e do real; uma que gosta do corpo mais do que de tudo; e outra que não. Até há guerras entre esquerdas, vejam lá!

O autor confunde géneros, espécies e famílias. O corpo, a verdade e aborto não são de esquerda, são-nos tanto como a psicanálise, que também não é. A esquerda pode ou deve lutar por eles, mas não são esquerda. Por vezes, nessas lutas, encontra-se lá a direita, e nem toda a esquerda lá está. A esquerda não é tudo o que é bom, nem tudo o que é futuro e inovação, nem toda a felicidade. Curiosamente, ao confundir os géneros, o autor responsabiliza excessivamente

a esquerda no tempo futuro e desresponsabiliza-a no tempo presente, sugerindo que pode não ter soluções nem ideias actuais e que deve deixar os combates presentes, porque estes são só entre «eles». Com que fim? «Pela nossa parte, trata-se de nos olharmos, e o que nos rodeia, com a candura e a limpidez de quem olha tudo pela primeira vez.»

Utopia

O que o autor propõe é que a esquerda faça um retro, talvez em Münster, para se libertar, olhando-se. Para recomeçar tudo outra vez, a inocência e as asneiras. Eis que é um projecto de vida ao qual apetece desear boa viagem, e no qual ninguém tem o direito de meter o nariz, não fora o autor considerá-la a viagem da esquerda, em vez da sua viagem, como se deveria.

A vontade de generalização é evidente. As fronteiras da sua esquerda são apertadíssimas, todo o resto são «eles». Todos são iguais a todos e quase ninguém é de esquerda: os poderosos e os crápulas, o PC e o PS, o PPD e o CDS, os generais e os burocratas. Assim purificada, a esquerda, para já, não existe, é só ideia, devidamente expurgada do vil real. Como Aeschenbach, a quem os homens feios e as mulheres gordas, a guerra e a peste estragavam o belo e a arte.

O autor engana-se, a esquerda não é uma ascese, nem uma arte. É uma política, são várias políticas. Ganha e perde. Quando perde, prepara-se para ganhar. Muda com o tempo, com o mundo, com as vontades e o saber. E se não muda, perde. E deveria ser ágil, capaz de «ir vencendo» e não só «vencer ou perder». Capaz por exemplo de, assumindo-se como esquerda, considerar que há momentos em que o mais importante é, em detrimento da socialização, garantir as liberdades e a tolerância numa sociedade aberta.

Colocar-se já e apenas na esquerda mítica do futuro, aquela esquerda que quanto mais foge mais tem razão, que quanto mais esquece mais acerta e quanto mais sofre mais se salva, não tem sentido. A esquerda tem de ser política (não lhe fazendo nada mal ser também cultura) e tem de ser actual e contemporânea, sem ficar cega para o futuro. Mas a esquerda não é a utopia. A utopia que certos homens de esquerda têm vindo a cultivar é infelizmente, demasiadas vezes, sinal de impotência, de adolescência ou de derrota. E é bem paradoxal, pois que à esquerda algo não deveria faltar nunca: a vontade de vencer.

Recensão

Rui Knopfli
Memória Consentida (20 Anos de Poesia 1959/1979)
Imprensa Nacional, 1982

«Os meus versos», escreve Rui Knopfli num poema de *O Dente do Siso*, «nem sempre são aquilo que parecem e nunca dizem o que parece estarem a dizer.» Mas são. São e dizem.

São uma civilizada manipulação de palavras, algo como saber decantar um vinho ou dispor correctamente dos caroços de cereja. Há esse prazer de mostrar e fazer bem, que quando resulta de um fim, tem-nos dado dos maiores prazeres da poesia, e que, quando resulta de um meio, apenas nos dá o pequeno divertimento do trocadilho.

Dizem de uma inteligência sentimental e por isso mesmo superior, onde os pensamentos são contra-tempos as batidas do coração, simples anectotes rítmicos que o seduziram para rios poder depois seduzir com eles. A poesia de Rui Knopfli,

tão injustamente menosprezada (como parece ser a condição dos Ruys e Rauius deste século), é, sem ser *de facto*, porque de factos está a nossa pior poesia cheia, um encantador exercício de auto-sedução que, tal como quem é belo e se vê ao espelho, também é belo para quem de fora o vê, de costas e nuca limpas, com o rosto a brilhar, na sua quase-verdade, no espelho em frente.

É preciso ver como ele é e como ele diz, naquilo que parece. O parecer é excelente.

M. E. C.

«Cultura — História e Filosofia» — Volume I

Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, 1982, 606 pp

Publicação anual, dirigida pelo Prof. J. S. da Silva Dias, este estimulante

projecto confirma a predominante orientação dos nossos investigadores para os séculos XVII-XIX, com a agradável nota do uniforme tratamento de temática nacional. Cronológica excepção é o interessante artigo do Prof. João Morais Barbosa acerca do comentário do nosso Pedro Hispano, futuro Papa João XXI, ao «De Mystica Theologia» do Pseudo-Dionísio Aeropagita, a revelar a oculta face da sensibilidade mística do escolástico autor das «Summulae Logicales», compêndio europeu de lógica até ao séc. XVII.

Igualmente de realçar os extensos estudos de Silva Dias e João Policarpo, respectivamente a propósito da filosofia política do pombalismo e do pensamento social do grupo do jornal «A Palavra» (1872-1913), publicação violentamente interrompida, juntamente com outras não favoráveis ao regime republicano de 1910, em consequência do assalto de que a sua sede foi alvo, e no qual «a polícia teria colaborado com a população assaltante» (p. 115, nota 2).

Artigos concernentes ao pensamento sócio-político de Antero, às posições filosóficas do jovem Sérgio, à Inquisição oitocentista, ao Molinismo setecentista e a questão de teoria política dos sécs. XVIII-XIX, bem como diversas recensões, complementam a realização do empreendedor grupo da Universidade Nova de Lisboa, onde o academismo poderia constituir primeiro e jamais terminal passo duma empresa de retorno ao fecundo e tão mal adubado solo cultural português.

P. B.

R. Philippe
Political Graphs, Art as a Weapon

Phaidon, Oxford, 1982 (6000\$00)

O grafismo tem sido muitas vezes utilizado como forma de glorificação dos poderosos. Foi-o também como instrumento de protesto. Os dirigentes populares cedo perceberam o papel que este meio de comunicação podia desempenhar na propaganda dos ideais democráticos. Entre nós,

os republicanos adoptaram-no com gosto e proveito. Até os jornais operários, mais pobres, não deixaram de utilizar, sempre que podiam, a caricatura demolidora e a gravura épica.

R. Philippe, antigo professor universitário de História Medieval, reuniu e comentou neste livro cerca de 400 ilustrações, abrangendo um período muito lato (do século XVI ao século XX). A obra documenta, de forma clara, o nascimento da consciência política. Recolhe a tradição iconográfica militante, dos primitivos panfletos anticlericais aos modernos posters contra a energia nuclear. As Ciências Sociais estão sobretudo preparadas para interpretar o documento escrito, pelo que o iconográfico tem sido pouco utilizado. Daí o interesse desta obra.

O livro é bastante caro, mas a edição é luxuosa e a reprodução impecável. Inclui ainda um postfácio interessante, escrito pelo crítico de arte do *New York Times Book Review*, Steven Heller.

M. F. M.